CONCURSO PÚBLICO
22/10 TARDE SURUBIM: NÍVEL SUPERIOR

PREFEITURA DE SURUBIM
PERNAMBUCO

ADVOGADO

100 QUESTÕES OBJETIVAS

igeduc

Leia atentamente as informações abaixo:

1. Sob pena de ELIMINAÇÃO do candidato, é proibido: **folhear este caderno de questões antes do horário de início da prova determinado em edital;** levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala; manter qualquer tipo de comunicação entre os candidatos; portar aparelhos eletrônicos, tais como telefone celular, receptor, gravador etc. ainda que desligados; anotar o gabarito da prova em outros meios que não sejam o Cartão de Respostas e este Caderno de Questões; fazer consulta em material de apoio ou afins.
2. No Cartão Resposta, confira seu nome, número de inscrição e cargo ou função, assine-o no espaço reservado, com caneta de cor azul ou preta, e marque apenas 1 (uma) resposta por questão, sem rasuras ou emendas, pois não será permitida a troca do Cartão de Respostas por erro do candidato.
3. Quando terminar sua prova, você deverá, OBRIGATORIAMENTE, entregar o Cartão de Respostas devidamente preenchido e assinado ao fiscal da sala, pois o candidato que descumprir esta regra será ELIMINADO.
4. Você deve obedecer às instruções dos coordenadores, fiscais e demais membros da equipe do Igeduc – assim como à sinalização e às regras do edital – no decorrer da sua permanência nos locais de provas.
5. Estará sujeito à pena de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, o candidato que utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, o conteúdo sigiloso deste certame, conforme previsto no Código Penal (DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940), em especial o disposto no Art. 311-A, incisos I a IV.

NOME

CPF

CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS

Leia atentamente as informações abaixo:

- Cada um dos itens desta prova objetiva está vinculado a um comando que o antecede, permitindo, portanto, que o candidato marque, no cartão resposta, para cada item: o campo designado com o código V, caso julgue o item CERTO, VERDADEIRO ou CORRETO; ou o campo designado com o código F, caso julgue o item ERRADO, FALSO ou INCORRETO.
- Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva, o qual deve ser preenchido com cuidado pois marcações incorretas, rasuras ou a falta de marcação anularão a questão.
- Para a análise dos itens (proposições / assertivas), considere seus conhecimentos, o teor do item e, quando aplicável, o texto a ele vinculado.
- Nos itens que avaliarem conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Você poderá consultar a cópia digital desta prova, dos gabaritos preliminar e final e acessar o formulário de recursos em concursos.igeduc.org.br.

QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (de 1 a 70)

Julgue os itens subsequentes.

01. São formas de provimento de cargo público: nomeação; promoção; transferência; readaptação; reintegração.

02. A fixação de domicílio possui natureza jurídica de ato jurídico em sentido amplo (latu sensu).

03. O Direito Constitucional é um direito público atípico, segundo a doutrina majoritária.

04. A vinculação e a autoexecutoriedade são alguns dos atributos do poder de polícia, segundo a doutrina.

05. Cabe ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar originariamente os crimes comuns praticados por governadores dos Estados e do Distrito Federal.

06. A natureza do mandado de injunção é processual, sendo identificado a partir da instrumentalidade para garantir a tutela jurisdicional do direito inviável.

07. A perda dos efeitos jurídicos de um ato administrativo em razão do advento de nova legislação que impeça a manutenção da situação anterior constitui extinção por revogação.

08. Ao Poder Legislativo cabe decidir pela inconstitucionalidade na etapa da sanção ou veto, valendo-se deste instrumento como forma de tutelar a ordem jurídica.

09. Após cinco anos da promulgação da Constituição Federal de 1988, foi realizada a revisão constitucional.

10. A delegação, segundo a doutrina administrativa, representa um movimento centrífugo; enquanto a avocação, o movimento é centrípeto.

11. O controle administrativo é o poder de fiscalização e correção que a Administração Pública Latu Sensu exerce sobre sua própria atuação.

12. Carl Schmitt, em sua obra "Teoria da Constituição", afirma que a Constituição significa a decisão política fundamental, vale dizer, a decisão concreta sobre o modo e a forma de existência da unidade política (o Estado).

13. O desvio de finalidade constitui abuso de poder e, por consequência, prática de um ato ilícito.

14. A revisão constitucional é um processo único, com tempo certo e ilimitado.

15. Por organização administrativa devemos entender a estrutura interna da administração pública, os órgãos e as pessoas jurídicas que a compõem.

16. Cargo público, segundo a doutrina, é aquele ocupado pelo empregado público e pelo servidor público.

17. O presidente da república somente poderá delegar atribuições mencionadas na Carta Magna.

18. A Reserva Biológica é de posse pública e o seu domínio pode ser público, privado ou misto (quando é resultado de uma PPP). As áreas particulares incluídas nos limites de uma Reserva Biológica pública devem ser desapropriadas.

19. O poder judiciário pode verificar a legalidade de qualquer ato administrativo, segundo a doutrina.

20. O ato anulatório é praticado para extinguir ato administrativo anterior, podendo este ser vinculado ou discricionário.

21. A lei não pode distinguir brasileiros natos de naturalizados, contudo, há cargos que só podem ser ocupados por brasileiros natos, conforme ressalva a Constituição Federal.

22. Quando a lei for omissa, o juiz não pode deixar de decidir. O magistrado deve utilizar analogia, costumes e os princípios gerais do direito.

23. Denominam-se honoríficos os indivíduos que se vincularam ao Estado, às autarquias e às fundações de direito público, mediante relação profissional, sujeitando-se à hierarquia funcional e ao regime jurídico de determinado ente estatal.

24. O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os analfabetos, segundo a CF/88.

25. O serviço público geral é aquele que abrange uma coletividade específica, sendo mantido por impostos e não por taxas.

26. A Concepção Sociológica da Constituição é aquela decisão sem a qual não se organiza ou funda um Estado.

27. Um único ato cometido por servidor pode repercutir, simultaneamente, nas esferas administrativa, penal e civil.

28. A norma fundamental hipotética só existe e se torna apta a produzir o seu efeito se for compatível com a Constituição em seu sentido jurídico-positivo.

29. A responsabilidade civil pelos atos de improbidade administrativa é subjetiva, segundo a doutrina.

30. O Estado promoverá programas assistenciais e pode contar com a participação de todas as entidades do terceiro setor.

31. A administração pública dispõe de técnicas específicas para dispor suas competências constitucionais, uma delas é a desconcentração e a outra, descentralização.

32. A Constituição Federal veda a cassação dos direitos políticos, mas admite sua perda ou suspensão.

33. A função administrativa é realizada de forma descentralizada quando ela é desempenhada diretamente pela própria entidade estatal (União, Estados, Distrito Federal e Municípios).

34. Por ocuparem áreas privadas, as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) não integram o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC.

35. A lei complementar, cuja iniciativa seja do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre a magistratura, segundo a CF/88.

36. O abuso de poder é a conduta do administrador público eivada de ilegalidade, a qual pode se manifestar de diferentes maneiras, segundo a doutrina.

37. O poder administrativo é discricionário quando o agente público possui certa margem de liberdade no agir, mas a discricionariedade não pode ser utilizada quando há conceitos jurídicos indeterminados.

38. Segundo a Constituição Federal de 1988, o juízes gozam de vitaliciedade após dois anos de exercício.

39. Após aprovada, a emenda constitucional pode ser alterada em apenas um parágrafo, um ponto ou um tópico, por exemplo.

40. O processo administrativo disciplinar é usado para aplicar sanção disciplinar a servidor público que cometeu ilícito administrativo.

41. O poder regulamentar decorre do poder hierárquico e confere poderes ao chefe do legislativo de editar atos administrativos gerais e abstratos.

42. A sociedade exercerá a função de planejamento das políticas sociais, assegurando, na forma da lei, a participação do Estado nos processos de formulação, de monitoramento, de controle e de avaliação dessas políticas.

43. Os fundamentos da anulação administrativa são o poder da autotutela e o princípio da legalidade.

44. Os direitos sociais pertencem à segunda dimensão de direitos fundamentais, que está ligada ao valor da igualdade formal.

45. Conceitos jurídicos indeterminados como “boa-fé” e “imóvel rural” podem adquirir um sentido diferente na lei ou em situações concretas. Isso acontece devido à discricionariedade, segundo a doutrina.

46. A partir da Emenda Constitucional 45/2004, foi introduzida a possibilidade de o Supremo Tribunal Federal aprovar, depois de reiteradas decisões sobre matéria constitucional, súmula com efeito vinculante.

47. O controle de mérito do ato administrativo visa a verificar a oportunidade e conveniência do ato controlado, segundo a doutrina.

48. Segundo a doutrina, a taxionomia do Direito Administrativo é de direito público.

49. A seguridade social possui caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e idosos.

50. A distinção entre chefe de estado e chefe de governo, é uma das características do governo parlamentar, segundo a doutrina.

51. Segundo a CF/88, a liberdade de associação é plena, desde que para fins lícitos, vedada a de caráter militar.

52. É competência privativa do chefe do executivo decretar e executar a intervenção federal.

53. A Polícia Federal destina-se a exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

54. Segundo a Lei 8.987/95, a concessão é o ato administrativo discricionário e precário mediante o qual é consentida ao particular alguma conduta em que exista interesse predominante da coletividade.

55. A União aplicará, anualmente, nunca menos de vinte e um, e os estados, o Distrito Federal e os municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

56. Segundo a Carta Magna, é competência privativa do Senado Federal processar e julgar os ministros do Supremo Tribunal Federal.

57. Segundo a doutrina, o poder disciplinar tem como características ser discricionário, interno e permanente.

58. Resoluções são espécies normativas com status de lei ordinária.

59. O presidente da República, após ouvir o Conselho da República e o Conselho da Defesa Nacional, deve solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar apenas o Estado de Sítio.

60. A competência dos tribunais será definida na Constituição Estadual, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do chefe do governo estadual.

61. A Lei nº 8.112/90 (Estatuto do Servidor Público) pode ser aplicada aos servidores municipais de forma residual ou para complementar a Lei Municipal.

62. É correto afirmar que a Lei de Imprensa não foi recepcionada pela Constituição Cidadã.

63. A servidão administrativa é o procedimento administrativo por meio do qual o Estado transfere a propriedade privada de um determinado bem para o poder público.

64. Após adquirir personalidade jurídica, os partidos políticos devem registrar seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

65. O princípio da eficácia imediata das normas constitucionais consiste no fenômeno em que normas pertencentes a uma ordem jurídica anterior são recebidas e consideradas válidas por uma nova ordem constitucional, porque seus conteúdos são materialmente compatíveis.

66. O poder vinculado é aquele que nasce da lei. O administrador público é vinculado pela letra da lei para a prática de todos os detalhes do ato administrativo.

67. Tradicionalmente, na doutrina, os elementos apontados como constitutivos do Estado são: o povo, a uniformidade linguística e o governo.

68. Os Tribunais Regionais Federais compõem-se de, no mínimo, 5 juízes, recrutados.

69. Tipicidade e autoexecutoriedade são atributos do ato administrativo.

70. Segundo a doutrina, o Poder Constituinte Derivado Reformador tem como características ser subordinado, ilimitado e condicionado.

QUESTÕES DE CONHECIMENTOS GERAIS (de 71 a 100)

Julgue os itens subsequentes.

71. O regime jurídico dos servidores públicos é único para todos os entes federativos no Brasil, sendo determinado pela Constituição Federal de 1988, que estabelece a isonomia entre todos os cidadãos (civis e militares) que possuem cargo efetivo há mais de 3 (três) anos.

72. A moda é sempre igual à mediana.

73. Mário investiu R$ 10.000,00 em uma aplicação que rende juros compostos de 5% ao mês. Assim, é correto afirmar que levará aproximadamente 14,21 meses para que o valor inicial do investimento seja dobrado, ou seja, seja igual ou superior a R$ 20.000,00.

74. A área de um círculo de raio igual a 5 cm é de aproximadamente 68,54 cm².

75. O volume de uma pirâmide é sempre maior do que o volume de um cubo com a mesma aresta.

76. Um objeto está à venda por R$ 1.047,00. Seu preço é aumentado em 25%, mas, em seguida, é reduzido em 20%. Portanto, o preço final do objeto será de R$ 1.047,00.

77. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que o salário dos servidores públicos deve ser fixado por lei municipal específica, respeitando os princípios de isonomia e da publicidade, sendo redutíveis apenas em função de alguma mudança nos planos de governo vigentes.

78. É vedado ao Poder Executivo do município de Surubim (PE) destinar mais de 25% do seu orçamento para o custeio de despesas com pessoal, tais como o pagamento de salários, encargos ou mesmo com despesas previdenciárias, conforme dispõe o Art. 28 da Lei Municipal nº 482/2023.

79. A Constituição de 1988 estabelece que os servidores públicos têm direito à estabilidade no cargo que ocupam. Tal atributo apenas pode ser conquistado se, ao longo de 3 anos de efetivo vínculo profissional, o servidor comprovar ter utilizado recorrentemente o cargo ou função para obter qualquer favorecimento para si ou para outrem.

80. Organizar, operacionalizar e coordenar a oferta dos serviços para o pleno funcionamento do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal no âmbito do município de Surubim – PE é uma atribuição de competência da Diretoria do Cadastro Único, conforme dispõe o Art. 82 da Lei Municipal nº 482/2023.

81. Segundo o Código de Conduta Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, o servidor público deve tratar com urbanidade e respeito os colegas de trabalho, superiores hierárquicos e subordinados.

82. O provimento de qualquer cargo de gestão no âmbito do município de Surubim (PE) deve ocorrer exclusivamente mediante a aprovação em concurso público específico para a função, e após o candidato empossado ter demonstrado conhecimentos técnicos compatíveis com as suas atribuições após o 12 (doze) meses de estágio probatório.

83. É permitido ao servidor público divulgar informações de caráter sigiloso, desde que isso não prejudique o interesse público.

84. Os juros compostos representam um regime de capitalização em que os juros são calculados apenas sobre o valor principal.

85. Conforme o Decreto nº 1.171/1994, é dever do servidor público permitir que simpatias ou antipatias de ordem pessoal interfiram negativamente no trato com os usuários dos serviços públicos.

86. São prerrogativas dos servidores alocados na Secretaria de Defesa Social de Surubim (PE): dispor de veículo para realizar fiscalizações em feiras e no comércio local; poder desviar servidor público de outra secretaria para atendimento a interesse particular; e receber o benefício do adicional noturno como parte da sua remuneração.

87. O acento circunflexo em "pôs" (verbo pôr) indica a tonicidade da última sílaba.

88. Na frase "Os alunos estudaram muito para a prova," "muito" é um adjunto adnominal.

89. Em "anexo", o X é um dífono, pois representa, na fala, dois fonemas (ks).

90. Na sentença "Não nos referimos a essa situação", o "A" deveria ter acento grave, para marcar a fusão entre a preposição A e o artigo A.

91. Com o novo acordo ortográfico, palavras iniciadas por MICRO devem ter hífen se o termo seguinte for iniciado por "O".

92. O substantivo "chuva" é classificado como um substantivo concreto.

93. Nos vocábulos "ímpeto", "água" e "biquíni", os acentos gráficos se justificam por serem, respectivamente, proparoxítona, paroxítona terminada em ditongo crescente e paroxítona terminada em "i".

94. O sufixo "-ção" é frequentemente adicionado a substantivos para formar substantivos nomeiam ação ou resultado, como "construção" e "invenção".

95. O acento agudo em "índice" é uma consequência da regra de acentuação das proparoxítonas.

96. A ênclise é a colocação pronominal em que o pronome átono vem antes do verbo, como em "Me dê um tempo.".

97. Uma equação de primeiro grau possui sempre uma única solução.

98. A moda pode ser calculada para dados qualitativos nominais.

99. Levando em consideração a equação de segundo grau: $x^2 + 3x + 2 = 0$ e utilizando o método de Bhaskara para calcular: delta = $b^2 - 4ac = 3^2 - 4(1)(2) = 9 - 8 = 1$, é correto afirmar que as raízes da equação são: $x1 = -1$ e $x2 = 3$.

100. Uma camisa custa R$ 80,00 e sofre um aumento de 20%. O novo valor da camisa após o aumento de 20% será R$ 96,00.

PROIBIDO DESTACAR
RASCUNHO